



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL  
Subsecretaria de Serviços Ecológicos  
Unidade Estratégica de Direitos Animais

**COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DA POLÍTICA DISTRITAL  
PARA OS ANIMAIS - CIPDA**  
Decreto nº 36.477, de 04 de maio de 2015

---

**Memória da 20ª Reunião Ordinária**

Data: 08 de junho de 2017

Horário: 14h30 às 18h

Local: Sala de Reuniões do Ibram – 2º andar

Participantes: lista de presença anexa

A Secretária-executiva do Cipda, Mara Moscoso abriu a reunião às 14h30 dando boas-vindas aos participantes e comunicando os assuntos da pauta. Solicitou aos membros e convidados que se apresentassem. Na sequência, o servidor da Coordenação de Fauna Ibram, Rodrigo Augusto Lima Santos, fez uma apresentação sobre a situação do Hospital Público Veterinário.

Rodrigo informou que o Ibram está propondo a contratação de uma empresa parceira que irá prestar todos os serviços ao hospital. O termo de colaboração está baseado no novo decreto, que saiu em dezembro de 2016. Algumas atribuições que a empresa terá que fazer será adequar a estrutura que já existe no Parque Lago Cortado, como centros cirúrgicos, enfermarias, recepção, criação de uma equipe administradora e veterinária, e serviços de telefonia que funcionará 24h. Promover serviços de consulta clínica, cirurgias gerais, oftalmologia, ortopedia, ecografias.

A entidade parceira receberá 200 mil por mês para a execução das atividades e o pagamento será feito no mês seguinte à prestação de serviços. As exigências para a habilitação do edital são: regularidade fiscal, trabalhista, econômica e financeira, regularidade junto ao CRMV e além do quadro técnico devidamente habilitado.

O edital foi elaborado pela Coordenação de Fauna e encaminhado aos setores internos do Ibram que fizeram a avaliação do documento. A Superintendência Administrativa verificou a necessidade de uma complementação do orçamento, desta forma, foi encaminhado para a Secretaria de Planejamento, onde ainda se encontra.

Após ser feita essa aprovação na suplementação de fundos, o edital retornará ao Ibram e sucessivamente irá para uma avaliação judiciária e, por fim, será feita a publicação do edital. Além dessa pendência do edital, tem a da questão de urbanização da área externa ao hospital que cabe ainda ao Ibram fazer a aprovação do projeto.

O Convidado, Sr. Alexsandro Machado solicitou a palavra e lembrou que, após a reunião com o secretário, foram dados alguns prazos. Foi previsto que no dia 31 de maio o edital seria lançado, com previsão de inauguração até o dia 24 de outubro. A convidada Valéria Mendes, complementou, não pode ser feita a liberação de um edital o qual não há recursos para executá-lo. Complementou que hoje, na conta do Ibram, tem disponível 226 mil reais para essa atividade, que daria para fazer o funcionamento do hospital por um



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL  
Subsecretaria de Serviços Ecológicos  
Unidade Estratégica de Direitos Animais

**COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DA POLÍTICA DISTRITAL  
PARA OS ANIMAIS - CIPDA**

Decreto nº 36.477, de 04 de maio de 2015

---

período de um mês. Então, não poderia fechar um contrato com um orçamento que garante o funcionamento de apenas um mês.

Rodrigo esclareceu que, além dos 226 mil para o projeto tem mais 400 mil, mas este recurso se encontra bloqueado e não pode ser utilizado. Será necessário um orçamento de 800 mil reais para o funcionamento do hospital até o final do ano, se for inaugurado em setembro. No caso de ser lançado na data prevista, ou seja, em outubro, seria necessário o orçamento de 600 mil reais para funcionar um período de três meses.

Alexsandro perguntou sobre os módulos do hospital. “Parece que seria feito apenas um módulo, sendo que anteriormente foram previstos cinco módulos. Então, todo o atendimento será feito em apenas um módulo? Os outros quatro ficarão abandonados?” Rodrigo respondeu que a ideia é que no futuro os outros módulos também sejam utilizados.

Mara Moscoso informou que o módulo que está construindo é o da clínica geral. O segundo seria um prédio para castração, para que um não atrapalhe a dinâmica do outro, o restante dos módulos seria administrativo e auditório. Então, utilizar o primeiro módulo não prejudicará o atendimento dos animais. E o que está se prevendo nesse edital é que se compartilhe o módulo de atendimento da clínica geral com as castrações, algo que os veterinários afirmam não ter problema algum.

Valéria questionou “porque não tem previsão de uso de recurso da compensação ambiental se já se paga a conservação e vigilância? A empresa que está prestando serviços já recebeu 600 mil do dinheiro da compensação para fazer vigilância e manutenção, foi até confirmada pela Dra Jane Vilas Boas na outra reunião com o secretário”.

Ariana – Ibram esclareceu que essa situação não é a ideal, “nós não temos outra alternativa nesse momento. Não recebemos oficialmente a obra, e se deixá-la sem vigilância irão depredá-la. Então, é uma situação que não temos alternativa e levar a manutenção para aprovação na câmara de compensação certamente não seria aprovada e isso ocorre porque já usamos o dinheiro da compensação.”

O Secretário do Meio Ambiente, Sr. André Lima, complementou informando que esta dificuldade não é algo específico do hospital. “Tem dois anos e meio que estamos tentando construir três galpões de triagem de recursos recicláveis para atender 1300 catadores e ainda não se encontra na Seplag. A licitação está pronta, a empresa já ganhou e poderia inaugurar a obra amanhã, por exemplo, mas ainda estamos disputando recursos com saúde, educação e transporte. É uma disputa de recursos em meio a uma crise que nunca houve no DF.” O Secretário solicitou apoio dos protetores de animais, que busquem reforçar a liberação de recursos junto ao Buriti. “Não será possível inaugurar um hospital veterinário que não consegue se manter e que provavelmente vai fechar as portas no dia seguinte.”



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL  
Subsecretaria de Serviços Ecológicos  
Unidade Estratégica de Direitos Animais

**COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DA POLÍTICA DISTRITAL  
PARA OS ANIMAIS - CIPDA**

Decreto nº 36.477, de 04 de maio de 2015

Mara Moscoso informou sobre as emendas parlamentares, é muito difícil conseguir um deputado que direcione recursos para os animais. É muito mais eficiente a sociedade pedir recursos de emendas do que o governo. Ariana complementou que, sobre a emenda parlamentar, o Ibram está apresentando para a Câmara, tanto federal quanto distrital, os projetos de interesse. Uma dessas propostas é o funcionamento do hospital veterinário.

O professor Raphael – UnB, informou que gostaria de entender sobre o orçamento, a previsão do contrato de 200 mil por mês para a prestação de serviços. “Do ponto de vista de um investimento em equipamentos, existe um orçamento já para isso?” Ariana respondeu que não, vai ser por conta do contrato com a empresa, ela irá equipar todo o hospital com esse valor de 200 mil.

Raphael complementou que são quatro meses de funcionamento que o hospital prevê com o orçamento de 800 mil, o que não justifica o gasto com esses equipamentos, insumos e manutenção visto que sendo um hospital deverá funcionar 24h, segundo determina o Conselho. “É muito pequena a previsão desse orçamento ou muito pequeno o período que vai durar esse orçamento. Parece que um edital viável tem que ser para dois anos, três e com uma empresa de maior porte.” Ariana esclareceu que foi feita uma lista do que se pensa fornecer no hospital, pesquisas de outros locais que já fornecem esses serviços e esse foi valor encontrado no mercado. “Agora esse valor de quatro mil é porque o governo sempre trabalha com orçamento anual, então esses 800mil em quatro meses são para 2017, para 2018 já vem outro orçamento. Mês que vem o governo dará o teto de quanto o Ibram poderá alocar nos seus programas de trabalhos.”

André Lima perguntou se o atendimento será gratuito ou será cobrada alguma taxa. Ariana respondeu que será gratuito. Daniela – Seagri perguntou se será somente para pequenos animais. Mara respondeu que sim, para cães e gatos.

Dando prosseguimento à reunião, a Dra Paula Galera apresentou o andamento das atividades realizadas no Castramóvel. “O Castramóvel é uma complementação de um projeto iniciado na Candangolândia, o qual era inicialmente um censo animal, a partir desses dados deu para entender um pouco mais sobre a demanda dessa Região Administrativa, que possui aspectos diferentes em cinco regiões dentro dela. Então, hoje o que fazemos é tentar atender uma estimativa de mil animais. Vamos, mais ou menos, uma vez ao mês fazer uma palestra na RA sobre a guarda responsável, medicina do coletivo e ao final da palestra as pessoas interessadas fazem um cadastro. Estas são chamadas para que seja feita uma avaliação do animal e exames laboratoriais, os animais que estão bem são direcionados à castração. Todo o serviço é gratuito e toda a participação é voluntária. O Ibram investe nos insumos e nos equipamentos. Além desses animais, atendemos outros em situação de risco que são encaminhados pelo Ibram, animais apreendidos, e do centro de zoonose. O projeto é educacional e gera pesquisa no sentido de coletar dados, nenhum animal é submetido a nenhum experimento.”

Alexsandro perguntou há quanto tempo estão usando o castramóvel. Paula respondeu que está funcionando efetivamente desde março, chegou na UnB agosto de 2016. Valéria



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL  
Subsecretaria de Serviços Ecológicos  
Unidade Estratégica de Direitos Animais

**COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DA POLÍTICA DISTRITAL  
PARA OS ANIMAIS - CIPDA**  
Decreto nº 36.477, de 04 de maio de 2015

---

perguntou o que está sendo feito para monitorar essa guarda? Os animais estão sendo chipados do projeto? Paula respondeu que não há verba para comprar chip. Toda a logística do projeto foi elaborada pela equipe da UnB, professores, residentes e alunos. Foi feito todo o detalhamento de insumos, equipamentos. O desejo da equipe era incluir o chip para identificação, mas não houve verba para isso. Para tentar identificar são feitas fotografias dos animais atendidos.

Valéria informou que pode fazer uma campanha para fazer a compra desses chips. Informou que a cidade de Conselheiro Lafaiete faz a chipagem de todos os animais cuidados e tratados. O Centro de bem-estar foi inaugurado recentemente em Mogi das Cruzes também faz esse trabalho.

André indagou que se esse animal foi atendido e tem um dono, porque o Estado tem que chipar e não o dono. Colocando isso como uma condição para o animal ser atendido. Se quer atendimento gratuito, tem que chipar o animal. Valéria esclareceu que essa questão pode ser regulamentada, tanto que isto já é lei no DF, mas quando se lida com a guarda animal o dono não vai deixar de gastar dinheiro com unha ou ir ao cabeleireiro para cuidar do animal. Paula esclareceu que a castração tem sido condicionada à vacinação e isto tem funcionado. Não castramos os animais que não são vacinados, então o tutor entende que para receber o benefício ele tem que vacinar o animal.

Alexsandro falou que tinha a impressão de que o Castramóvel estava abandonado na UnB. Foi bem interessante escutar o que a Dra Paula falou sobre o projeto institucional, o trabalho de palestra. “Nós viemos aqui procurando resultados, que é acabar com essa situação que vemos nas ruas. O que elas estão falando de chipagem é uma tentativa de solucionar. O que gostaria de saber é, tem três meses efetivos de uso de Castramóvel, vocês têm relatórios de quantas famílias foram atendidas e quem foram? pode disponibilizar essas dados para nós?” A Dra Paula informou que não há relatórios, o que temos são as fichas das cirurgias dos animais, e não podem ser disponibilizadas por uma questão de sigilo, pois há dados pessoais dos tutores.

Paula também explicou algumas dificuldades na execução do serviço. “Nós marcamos 10 animais para o pré-operatório, por exemplo, marcamos em um dia para operar na semana seguinte. No dia de hoje, desses 10 animais apenas três estão aptos. Outra vez marcamos com uma tutora de seis animais e ela simplesmente não apareceu. São fatores que não dependem só da gente. Isso acontecia muito em Taguatinga, tanto que chamávamos 30 animais para poder castrar 10. Uma grande parte da população não aparece por algum motivo, a demanda que estamos esperando para a semana que vem não aparece. Ou então eu examino 10 animais e somente um está apto a fazer a cirurgia. Embora tenha castrado 24 animais, atendemos muito mais que isso. Existe um limite de idade do animal para que ele seja atendido no Castramóvel, priorizamos os mais jovens. Estamos pedindo três anos, no máximo cinco, a partir dessa idade temos que pedir outros exames, como um eletro. Não quer dizer que esses animais não serão atendidos, mas temos uma demanda, pelo nosso questionário, de animais mais jovens.”



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL  
Subsecretaria de Serviços Ecológicos  
Unidade Estratégica de Direitos Animais

**COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DA POLÍTICA DISTRITAL  
PARA OS ANIMAIS - CIPDA**

Decreto nº 36.477, de 04 de maio de 2015

---

Mara informou que no Relatório do Castramóvel, referente à campanha das três mil castrações, esta questão de falta chega a 25%, um valor muito alto. Foi um grande esforço de telefonemas, de mandar e-mail para cinco mil pessoas para três mil animais serem castrados. Isso contando com os protetores que levam 10 a 15 animais. Infelizmente as pessoas têm isso “ Ah, já que é de graça não vou dar nenhuma satisfação”, boa parte dos tutores não têm compromisso.

Roberto Cabral – Ibama - disse que há uma diferença no atendimento no hospital onde a pessoa está interessada no atendimento do animal que teve algum problema, para uma questão de castração que muitas vezes o dono está indiferente a essa questão se o animal será castrado ou não. Então, existir o chip de uma pessoa que vai levar o animal para a castração pode ser um problema. “No Código de Saúde - Lei nº. 5321 diz o controle da população de cães e gatos compreende: identificação e registro não fala a quem é a atribuição, o que fazer se isto não ocorrer e que tipo de registro é. Do ponto de vista da sociedade, tem que olhar para o governo e cobrar, afinal de contas pagamos impostos. Uma das propostas é um aprimoramento de um código de proteção animal aqui no DF, algo mais enxuto e específico para não esbarrar com interesses que conseguimos ultrapassar. Por exemplo, se você tem regulamento para a venda de animais no DF e que a venda oficial de animais tem que exigir vacinação, chipagem e a castração do animal na hora que for vendido vem como uma solução a médio/longo prazo.”

Simone Porto – CRMV - complementou informando “que se a pessoa que vai abandonar o animal não vai querer chipar. O Estado tem sua responsabilidade, em outros estados se faz a chipagem desses animais, isso realmente acaba resolvendo um problema. Acho que passar essa atribuição para o tutor talvez não dê certo, até porque a vacina da raiva que é fornecida de graça e muitos tutores não dão.”

Roberto Cabral esclareceu que a proposta não é delegar que ao vir para o hospital veterinário você tem que fazer a chipagem. Não é exigir que o animal esteja chipado para que chegue ao hospital, mas sim um dos procedimentos do hospital ser a chipagem do animal e atribuir um valor simbólico a isso. Chipar os animais atendidos no hospital e os animais de venda acabam levando a um caminho que futuramente diminuirá a questão do abandono.”

Mara informou que “se a pessoa está levando um animal, por exemplo, sai do Plano Piloto e vai para Taguatinga receber o atendimento, acredito que vai querer colocar o chip no seu animal.” Completou que gostaria de fazer uma observação, “o Código de Saúde precisa ser regulamentado. Foi criada ano passado, por decreto, uma comissão para trabalhar na regulamentação, eles mandaram para o Sema, eu fiquei como representante, mas esse grupo nunca funcionou. Telefonamos para a Casa Civil, mas sem nenhum encaminhamento. Tem coisas no Código que são muito importantes e já resolveriam muito de nossos problemas, mas estão paradas porque a lei não está totalmente regulamentada. A sociedade poderia ajudar cobrando a instalação do GT.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL  
Subsecretaria de Serviços Ecológicos  
Unidade Estratégica de Direitos Animais

**COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DA POLÍTICA DISTRITAL  
PARA OS ANIMAIS - CIPDA**

Decreto nº 36.477, de 04 de maio de 2015

---

Carolina Mourão, convidada, informou que pode ajudar sim nesse grupo. “Podemos começar a fazer, eu meu disponibilizo a representar caso outras pessoas não possam, não tem problema. Já gostaria de fazer uma pergunta sobre isso. Como vamos tentar regulamentar, será que não seria o caso de emprendermos para já ir a um formato mais aprofundado que já complementa essas questões?” Mara respondeu que “é isso que estamos tentando fazer com a contratação de consultoria, com o termo de referência que está tramitando”.

Valeria perguntou: “estávamos falando da chipagem no hospital que é um item, mas o assunto não é esse. Não seria a chipagem no hospital e sim no DF, como uma forma de política pública. O hospital seria o centro dessa política? Ou teríamos o apoio de outro local?” Mara respondeu que tem que fazer parte de uma política, que é o ideal, só que para começar a sugestão do Roberto Cabral é muito boa, começar pelo hospital e não pela pessoa que vai castrar.

Daniela – Seagri, indagou que, “pela experiência que temos com chipagem de cavalos de carroça, tanto tem que estar regulamentado se a pessoa resolver mudar para um apartamento e quiser doar o cachorro para outra pessoa como será feita essa transferência? A outra questão é se a pessoa relatar que o animal fugiu, como será provado que não foi um abandono? Então não é porque está chipado que o problema está resolvido.”

Anderson – Gvaz - completou “não podemos esquecer da fiscalização. Vamos chipar, mas quem vai fiscalizar? Vamos castrar, mas quem vai fiscalizar? Vamos mudar a lei, mas quem vai fiscalizar? Se não houver essa fiscalização as coisas não andam. Podemos dar todo o atendimento ao animal de forma gratuita mas se não houver uma fiscalização e punição por trás, não vai funcionar. Temos que pensar no fortalecimento da fiscalização.”

André Lima concluiu “para mim está muito claro que não existe uma política distrital de proteção animal, não tem recursos. E temos que lidar com a realidade, então se não apresentarmos um pacote completo, coerente, simples e viável nós vamos fazer mais 12 reuniões como esta. Muito do que foi dito aqui já existe legislação, temos que ter uma análise melhor do problema e construir uma proposta mínima de política distrital de proteção animal. Não dá para ficar essa gestão inteira sem uma proposta de solução. Quero propor que esse grupo juntamente com a gente que, até o final do ano, possamos ter uma proposta consistente e coerente.”

Mara completou que “ainda é difícil para os órgãos do GDF entenderem o que é Direito Animal, cachorros e gatos nunca foram tratados como problemas de governo no DF. Eu participei de uma reunião terça-feira de paisagismo para começar a plantar espécies que alimentam a fauna e só para falar sobre isso eu peguei o tempo da reunião inteira para que todos pudessem entender. É uma dificuldade institucional que aos poucos será mudada. Outra coisa, não temos orçamento nenhum, o orçamento que conseguimos foi por meio de consultorias da Sema. Aproveitando o assunto e dando continuidade à reunião, vou apresentar os dois termos de referência que elaboramos para construir esta política e também regulamentar a proibição do uso de veículo de tração animal.” Mara apresentou



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL  
Subsecretaria de Serviços Ecológicos  
Unidade Estratégica de Direitos Animais

**COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DA POLÍTICA DISTRITAL  
PARA OS ANIMAIS - CIPDA**  
Decreto nº 36.477, de 04 de maio de 2015

---

os TDRs e também destacou todas as dificuldades burocráticas para contratação, lançamento de edital no GDF, correndo o risco de não conseguir executar este ano.

Ainda com a palavra Mara informou que está acompanhando a questão da alimentação dos patos do Parque da Cidade, esclareceu que a gestão é da Secretaria de Turismo e não do Ibram.

Roberto Cabral solicitou inserir dois itens na pauta, o primeiro é em relação à anilha de passeriformes, que é competência do Ibram. “Esse espaço de sistema de gestão de passeriformes entrou no ar em 2004 e controla toda a criação de passeriformes, regulamentada no Brasil. Em 2004 tínhamos 245 mil curiós, 241 mil canários da terra, 168 mil trinca ferro, 115 mil coleiros, hoje estamos muito acima disso. Aqui no DF tem em média quatro mil criadores amadoristas criando esses animais e foram esses criadores que conseguiram uma lei do tráfico. Em relação às apreensões, as espécies mais criadas coincidem com as mais apreendidas, como o curió, canário da terra, trinca ferro, coleiro, papa capim, sabiá, somente o bicudo que não coincide, pois ele já não existe mais na natureza. Essa coincidência já joga por terra a afirmação de que a criação legalizada diminuiria o tráfico de animais silvestres, essa criação legalizada existe desde 1982. Essa situação não está melhorando por conta das falcaturas que os criadores fazem no nascimento de filhotes juntamente com algumas incongruências de que somente 25% desses animais são fêmeas, sendo que teria que ser 50%. Em 2008, foi feita uma operação chamada de *delivery*, em Juiz de Fora, ao invés de deixar o criador levar a anilha e ele mesmo anilhar, o Ibama ia na casa do criador verificar se o filhote realmente nasceu. Por alguma coincidência quando ia se verificar se o filhote nasceu tinha-se uma redução drástica no número de entregas, dando uma média de 76% de reduções, em algumas espécies chega a 92%. Em São Paulo, de 3400 anilhas somente 66 foram entregues, uma redução de 98,2%. No DF o Ibram que está verificando e fazendo a entrega dessas anilhas. A aplicação de anilhas agrega valor ao animal e pode transacionar com ele sem mais problemas. Para evitar que esse animal seja machucado ou até mesmo mutilado na hora da colocação dessa anilha, o Ibama mudou de anilha de alumínio para a de aço com marca d’água para ajudar a dificultar a falsificação. Essa mudança agregou valor de mercado na anilha de aço por ser mais fácil de comercializar e adulterar. A proposta com relação a essa questão é que a transferência de anilha de alumínio seja bloqueada.” Na sua fala, apresentou slides sobre formas de adulteração de animais e maus-tratos.

Roberto sugeriu que o Cipda faça uma recomendação ao Ibram para não permitir mais a utilização de anilha de alumínio. Os membros acataram a sugestão. O Ibama fará uma exposição de motivos.

O segundo assunto proposto pelo Ibama foi o porte funcional de arma de fogo do Ibram. Roberto explicou eu o auditor do Ibram não usa arma e que encontra um caçador armado, o que resulta em uma desproporção de força. Completou: “Não apenas a eficácia da fiscalização esta em jogo, mas também a segurança do auditor. Eu vejo ameaçada a continuidade da fiscalização de fauna no DF, o Ibama nunca se dedicou, especificamente



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL  
Subsecretaria de Serviços Ecológicos  
Unidade Estratégica de Direitos Animais

**COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DA POLÍTICA DISTRITAL  
PARA OS ANIMAIS - CIPDA**

Decreto nº 36.477, de 04 de maio de 2015

---

aqui no DF, com afimco que se deveria à fiscalização de fauna. A Polícia Militar Ambiental tem um quantitativo imenso e consegue se dedicar. A fiscalização no Ibama acaba sendo muito mais técnica e qualitativa em relação ao que é efetuado por auditores. Em determinado momento a fiscalização estava indo juntamente com a polícia realizar essas ações, no sentido de efetivo, para conseguir fazer esse suporte de segurança. E mesmo que conseguisse fica uma situação para o contribuinte, gastando duas vezes para fazer uma operação, gastando para levar a polícia ao local e gastando para levar os auditores. Então, o porte de arma já esta garantindo em lei, é importante para a segurança do agente e para garantir a continuidade da fiscalização ambiental da fauna. Falta um interesse por parte do Ibram de pegar e mostrar que é uma questão necessária, fazer efetivar e ser tramitado.”

Luiza Brasileiro – fiscal do Ibram completou “temos conversado com frequência com a presidente a respeito disso. Devido a algumas situações que passamos de encontrar armas de calibre restrito na casa de criador cadastrado, armas sem registro. A Jane já se convenceu quem é algo necessário, só que ela precisa de um incentivo um pouco maior para dar andamento nessa questão.” Roberto propôs que o encaminhamento de uma conversa com a presidente do Ibram seja feito pelo Cipda, informando eu não é algo que precise ser aprovado, os dispositivos legais já garantem, é uma questão que precisa de andamentos.

Frederico Cunha – FJZB informou que “o que a Jane pode estar ponderando é um eventual conflito entre o auditor e o cidadão, onde este último pode ser levado à morte. Sabe-se que há esse direito ao porte, mas caso ocorra essa situação irá caracterizar todo um inquérito, uma ação penais e afins. Isso poderia nos causar um transtorno muito maior na fiscalização, um movimento contrário muito maior. Talvez fosse melhor o uso de uma munição não letal.”

Roberto Cabral respondeu “a munição não letal seria ideal como um mecanismo de escalonamento, utilizado no caso de uma pessoa vir gritando ou tentar me agredir com um murro, por exemplo. Agora muito provavelmente se você vier com uma faca na minha direção, ou algo do tipo, por mais que eu use um spray de pimenta, por exemplo, você ainda vai conseguir me atingir e me esfaquear. Então, vale correr o risco de se usar uma arma de fogo para não perder um agente. Na hora que uma pessoa vê que você está armado, ela te trata diferente. O não letal não resolve em uma fiscalização de caça, o caçador já vai estar armado. A atividade desses fiscais demanda a utilização de uma arma para proteção.”

Mara encaminhou sugerindo que o Cipda envie um ofício ao Ibram propondo uma reunião com a presidente para tratar do assunto, os membros concordaram.

Leticia Braga – ICMBio indagou sobre a questão da fiscalização da venda de cães. Roberto Cabral informou que não é ilegal comprar esses animais. O que já foi tentado por muito tempo no Ibama foi a regulamentação de recintos. O CFMV publicou a Resolução CFMV nº 1069.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL  
Subsecretaria de Serviços Ecológicos  
Unidade Estratégica de Direitos Animais

**COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DA POLÍTICA DISTRITAL  
PARA OS ANIMAIS - CIPDA**  
Decreto nº 36.477, de 04 de maio de 2015

---

A secretária executiva passou para os informes gerais. 1. O comandante da Polícia Militar Ambiental mandou um convite da inauguração do Museu Ambiental da Polícia Ambiental do DF, segunda-feira dia 12 as 14h30, no Parque de Águas Claras.

Valéria convidou os membros para audiência pública que será no dia 8 de agosto na Câmara Federal para discutimos o novo modelo de zoológicos no Brasil em favor da fauna brasileira, em fazer sua recuperação. Nossos temas não a PL do campo comunitário e outras prioridades.

A reunião foi encerrada às 18h10.

Brasília, 22 de julho de 2017.

  
*Mara Cristina Moscoso*

Chefe da Unidade Estratégica de Direitos Animais  
Secretaria Executiva do CIPDA  
SEMA

Aprovada em 10 de agosto de 2017.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL  
Unidade Estratégica de Direitos Animais

COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DA POLÍTICA DISTRITAL  
PARA OS ANIMAIS - CIPDA

20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DA POLÍTICA DISTRITAL PARA OS ANIMAIS – CIPDA

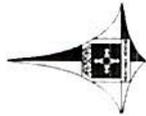
Lista de Presença

Data: 08 de junho de 2017

Local: IBRAM – sala papagalo verdadeiro

Horário: 14h às 18h

Instituição	Nome	Membro	Email	Assinatura
Secretaria de Estado de Meio Ambiente	André Lima	Titular	<a href="mailto:andre.lima@sema.df.gov.br">andre.lima@sema.df.gov.br</a>	
	Mara Moscoso	Suplente	<a href="mailto:direitoanimaldf@gmail.com">direitoanimaldf@gmail.com</a>	
Secretaria de Estado de Saúde	Edvar Yuri Pacheco Schubach	Titular	<a href="mailto:vigilanciaambiental.df@gmail.com">vigilanciaambiental.df@gmail.com</a>	
	Anderson Joaquim Pereira dos Santos	Suplente	<a href="mailto:andersonjpsantosvet@gmail.com">andersonjpsantosvet@gmail.com</a>	
Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	Pablo Anibal Pereira Marsiaj	Titular	<a href="mailto:pmarsiaj@yahoo.com.br">pmarsiaj@yahoo.com.br</a>	
	Daniella Dianese Alves de Moraes	Suplente	<a href="mailto:sanidadeequidea.seagri@gmail.com">sanidadeequidea.seagri@gmail.com</a>	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL  
Unidade Estratégica de Direitos Animais

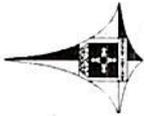
COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DA POLÍTICA DISTRITAL  
PARA OS ANIMAIS - CIPDA

20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DA POLÍTICA DISTRITAL PARA OS ANIMAIS – CIPDA

Lista de Presença

Data: 08 de junho de 2017 Local: IBRAM – sala papagaio verdadeiro Horário: 14h às 18h

Secretaria de Estado de Educação	Ana Paula Amaral de Freitas	Titular	<a href="mailto:apaula.af@gmail.com">apaula.af@gmail.com</a>	
	Flávia Basso Rebelato	Suplente	<a href="mailto:flaviafoulla@gmail.com">flaviafoulla@gmail.com</a>	
Instituto Brasileiro Ambiental Ibram	Ana Nira Nunes Junqueira	Titular	<a href="mailto:ananirajunqueira@gmail.com">ananirajunqueira@gmail.com</a>	
	Almir Picanço de Figueiredo	Suplente	<a href="mailto:almir.ibram@gmail.com">almir.ibram@gmail.com</a>	Rodrigo A. L. Santos Coordenador-Substituto IBAM
Fundação Jardim Zoológico de Brasília	<del>Kheslery Pereira</del> <del>Frederico Augusto Dias da Cunha</del>	Titular	<a href="mailto:khesleryname@gmail.com">khesleryname@gmail.com</a>	
	Frederico Augusto Dias da Cunha	Suplente	<a href="mailto:frederico.cunha@zoo.df.gov.br">frederico.cunha@zoo.df.gov.br</a>	Frederico Augusto da Cunha
Polícia Militar	Capitão Giulliano Ribeiro de Enoke	Titular	<a href="mailto:pmdf.bpma@gmail.com">pmdf.bpma@gmail.com</a> <a href="mailto:giulliano1@yahoo.com.br">giulliano1@yahoo.com.br</a>	



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL  
Unidade Estratégica de Direitos Animais

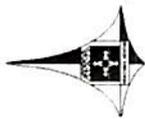
**COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DA POLÍTICA DISTRITAL  
PARA OS ANIMAIS - CIPDA**

**20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DA POLÍTICA DISTRITAL PARA OS ANIMAIS – CIPDA**

**Lista de Presença**

**Data:** 08 de junho de 2017    **Local:** IBRAM – sala papagaio verdadeiro    **Horário:** 14h às 18h

Batalhão Ambiental	2º Tenente Natanael Marçal de Sousa	Suplente	<a href="mailto:natanael_marcal@yahoo.com.br">natanael_marcal@yahoo.com.br</a>	
Polícia Civil - Dema	Tatiana da Silveira Ayres	Titular	<a href="mailto:dema_sa@pcdf.df.gov.br">dema_sa@pcdf.df.gov.br</a>	
	Rivanildo M. Castro Francisco Filardi	Suplente Titular	<a href="mailto:dema_sa@pcdf.df.gov.br">dema_sa@pcdf.df.gov.br</a> <a href="mailto:filardi.ff@dpf.gov.br">filardi.ff@dpf.gov.br</a>	
Polícia Federal				
Ibama	Nadja Suffert	Titular	<a href="mailto:nafau.cofis.sede@ibama.gov.br">nafau.cofis.sede@ibama.gov.br</a>	
	Alberto Souza de Araujo Junior	Suplente	<a href="mailto:Alberto.Araujo-Junior@ibama.gov.br">Alberto.Araujo-Junior@ibama.gov.br</a>	
ICMBio	Daniela Costa de Assis	Titular	<a href="mailto:daniela.assis@icmbio.gov.br">daniela.assis@icmbio.gov.br</a>	



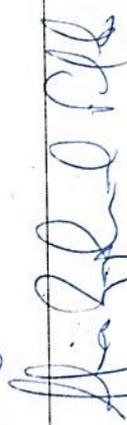
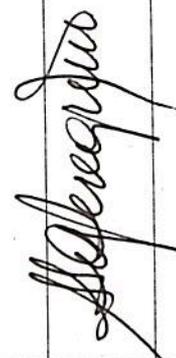
**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL  
Unidade Estratégica de Direitos Animais

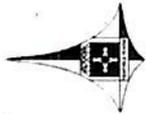
**COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DA POLÍTICA DISTRITAL  
PARA OS ANIMAIS - CIPDA**

**20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DA POLÍTICA DISTRITAL PARA OS ANIMAIS – CIPDA**

**Lista de Presença**

**Data:** 08 de junho de 2017      **Local:** IBRAM – sala papagaio verdadeiro      **Horário:** 14h às 18h

	Leticia Regina do Amaral Braga	Suplente	<a href="mailto:leticia.braga@icmbio.gov.br">leticia.braga@icmbio.gov.br</a> <a href="mailto:let.regina.bio@gmail.com">let.regina.bio@gmail.com</a>	
Universidade de Brasília UnB	Antônio Raphael Teixeira Neto	Titular	<a href="mailto:raphaeltx@unb.br">raphaeltx@unb.br</a>	
	Paula D. Galera	Suplente	<a href="mailto:paulaeye@unb.br">paulaeye@unb.br</a>	
ONG ProAnima	Valéria Sokal	Titular	<a href="mailto:valeria.sokal@gmail.com">valeria.sokal@gmail.com</a> <a href="mailto:proanima@proanima.org.br">proanima@proanima.org.br</a>	
	Ana Amélia Peregrino	Suplente	<a href="mailto:anagperegrino@gmail.com">anagperegrino@gmail.com</a>	
	Alexander Magalhães Goulart Dornelles	Suplente	<a href="mailto:crmvd@crmvd.org.br">crmvd@crmvd.org.br</a>	
Conselho de Medicina Veterinária	Simone Porto	Titular	<a href="mailto:ctcrmvd@gmail.com">ctcrmvd@gmail.com</a>	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL  
Unidade Estratégica de Direitos Animais

COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DA POLÍTICA DISTRITAL  
PARA OS ANIMAIS - CIPDA

20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DA POLÍTICA DISTRITAL PARA OS ANIMAIS - CIPDA  
LISTA DE PRESENÇA - CONVIDADOS

Data: 08 de junho de 2017 Local: IBRAM - Sala papagaio verdadeiro Horário: 14h às 18h

Nome	Instituição	Telefone	Email	Assinatura
Sra Raquel Gomes Jaxia	FJZB/SUCOP/DAU	3445-7035	ana.jaxia@zoo.df.gov.br	Sra Raquel Jaxia
Valea Maria Meudes	ATIVISTA	981094884	lalanendes23@gmail.com	Valea Maria Meudes
Alexsandro Pereira Machado	Proteção Animal	98246-9697	SKAHEX747@GMAIL.COM	Alexsandro
Kathleen B. de Carvalho	Proteção Animal	98249-1230	kathleenm.bio@gmail.com	Kathleen
Carolina Mourão	FEDER. DE F. ANIMAL	981204100	carolmourao1611@gmail.com	Carolina Mourão
Williamson Pereira Oliveira	CI.M.V. DF	99946.9757	rescom@CI.M.V.F.ORG.BR	Williamson
Jóia Camo Tachia Vole	Proteção animal	999620607	meu.me.vole@gmail.com	Jóia
JUENS PRUNOVS	SÉMA	964076495		Juens

